



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Consolidação das Demonstrações Contábeis

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta (Poderes Executivo e Legislativo) e pelas entidades indiretas: Instituto Canoas XXI – Instituto de Previdência e Assistência Municipal, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Nº 101/2000, Portarias Da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, Elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e outras disposições normativa vigentes.

As demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data.

No intuito de fornecer informações adicionais às apresentadas no corpo das demonstrações contábeis elaboradas, bem como facilitar a sua compreensão e comparação, são dignas de registro, as seguintes descrições narrativas e detalhamentos de itens divulgados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem órgãos da Administração Direta, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal da Fazenda

2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

3 - Operações Intra-Orçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações Intra-Orçamentárias. O quadro a seguir demonstra, resumidamente, sua execução durante o exercício financeiro:

Despesas				
Natureza da Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago/Restos
3.0.0.0.00.00 – Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$ 191.250.458,48	R\$ 191.250.458,48	R\$ 172.815.256,10	R\$ 19.044.912,47
4.0.0.0.00.00 – Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 191.250.458,48	R\$ 191.250.458,48	R\$ 172.815.256,10	R\$ 19.044.912,47

Receitas				
Natureza da Receita	Prevista	Atualizada	Arrecadada	Diferença
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$ 215.920.000,00	R\$ 215.920.000,00	R\$ 191.977.347,14	R\$ 23.942.652,86
TOTAL	R\$ 215.920.000,00	R\$ 215.920.000,00	R\$ 191.977.347,14	R\$ 23.942.652,86

4. - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo e aos órgãos da Administração Indireta, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:



Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 40.604.157,92
Repasses concedidos a Autarquia Instituto Canoas XXI	R\$ 16.459,48
Totais dos repasses concedidos	R\$ 40.620.617,40

Repasses Recebidos do Poder Legislativo	R\$ 3.327.419,90
Repasses Recebidos da Autarquia Instituto Canoas XXI	R\$ 0,00
Totais dos repasses recebidos	R\$ 3.327.419,90

Obs: O valor total do duodécimo repassado para a Câmara Municipal de Canoas foi de R\$ 40.604.157,92, sendo que o montante de R\$ 3.327.419,90 foi devolvido ao executivo, ficando ainda o valor de R\$ 845.344,87, registrado como Adiantamento de Duodécimo do Exercício de 2019.

BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13

1 - Receitas e Despesas por Fonte/Destinação de Recursos: As receitas e despesas são apresentadas por Fonte e Destinação de Recursos sendo agrupadas algumas vinculações, respeitando-se as regras de destinação legal, como por exemplo: recursos vinculados à saúde, à educação, etc. As fontes de recursos, individualizadas por vinculação, são apresentadas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa – RGF Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea “a”), exercício de 2018, Lei 101/2000, Relatórios da Gestão Fiscal.

2 - Recursos Vinculados à Educação: estão representados nessas linhas, os valores relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações voltadas à educação. O quadro a seguir detalha as receitas e despesas executadas:



Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0020 - MDE	R\$ 103.343.295,15	R\$ 159.656.980,80
0031 - FUNDEB	R\$ 173.976.997,36	R\$ 165.795.135,79
Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento	R\$ 19.143.885,76	R\$ 18.924.139,01
Totais de Receitas e Despesas Vinculadas à Educação	R\$ 296.464.178,27	R\$ 344.376.255,60

3 – Recursos Vinculados à Saúde: referem-se aos valores relativos das receitas arrecadadas e às despesas empenhadas por conta de recursos que, por determinação constitucional ou legal, devem ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde. O detalhamento das fontes de recursos obedece a padronização estabelecida pela Portaria SES/RS nº 882/2012.

Fonte de Recursos	Receitas Arrecadadas (valor líquido)	Despesas Empenhadas
0040 – ASPS	R\$ 149.694.090,99	R\$ 192.651.524,84
4.001 - Outras receitas municipais aplicadas em Saúde	R\$ 205.418,85	-
4.050 - Farmácia Básica / Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Diabetes Mellitus / Fraldas e outros insumos	R\$ 690.220,32	R\$ 1.134.392,26
4.090 - PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indígena / Saúde Bucal / Saúde Bucal Indígena / PACS / ESF Prisional / Residência Médica / Combate ao Racismo Institucional / Rede de Informática / Saúde do Homem / Combate a DST/AIDS / Articulador Jovem de Saúde	R\$ 2.025.796,01	R\$ 2.998.726,14
4.510 – PAB Fixo/Telessaúde/Acolhimento Infanto Juvenil	R\$ 10.774.452,31	R\$ 7.871.321,20
4.520 - ESF - Saúde da Família / Saúde na Escola / Saúde do Homem / NASF/Melhor em Casa / Saúde Bucal / PACS / ESF Indígena / Inc. Sistema Penitenciário	R\$ 11.583.534,01	R\$ 9.788.948,94
4.590 - Limite financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar / Gestão Plena / Redes / Implantação de Leitos	R\$ 143.108.327,24	R\$ 134.646.670,22
Demais Transferências	R\$ 122.817.056,05	R\$ 136.715.786,92
Totais de Receitas e Despesas Vinc. à Saúde	R\$ 440.898.895,78	R\$ 485.807.370,52



4 – Recursos de Operações de Crédito: não houve arrecadação de Receitas de Operações de Crédito no Exercício de 2018.

5 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como as inscrições e os pagamentos de restos a pagar processados e não processados. O quadro a seguir mostra a movimentação ocorrida no exercício financeiro:

Título / Subtítulo	Ingressos	Dispêndios
RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	R\$ 69.719.606,32	
RP PROCESSADOS - INSCRITOS	R\$ 126.674.313,58	
RP NÃO PROCESSADOS – PAGOS		R\$ 50.939.194,33
RP PROCESSADOS – PAGOS		R\$ 142.705.944,36
VALORES RESTITUÍVEIS	R\$ 176.777.517,20	R\$ 174.030.591,20
CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO	R\$ 6.946.222,20	R\$ 5.782.782,77
Total de recebimentos extraorçamentários	R\$ 380.117.661,00	R\$ 373.458.512,66

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

1 – Contexto Operacional: O Município de Canoas, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 23 Secretarias Municipais, 5 Subprefeituras e o Poder Legislativo. Na administração indireta, por sua vez, é composto por Canoasperv, Canoastec, Fundação Municipal de Saúde de Canoas e Instituto Canoas XXI, o qual foi extinto em 26 de outubro, pela Lei Municipal nº 6196/2018.



2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: O Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

3 - Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 127.768.152,22. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 65,96%.

4 - Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: A provisão de Perdas da Dívida Ativa de Curto Prazo (R\$ 70.931.735,86) e de Longo Prazo (R\$ 493.739.558,48). Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. A partir desse dado, foi possível estimar os valores das perdas esperadas referentes à dívida ativa, que foram registradas por meio em contas redutoras do ativo.

5 – Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes, participações societárias, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade. O valor de R\$ 864.558,34 classificados nesse título refere-se a ações da CEEE.



6 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores das liquidações constantes no sistema e ainda as informações encaminhadas pela Unidade de Patrimônio. Foi aplicada a depreciação sobre os Bens Móveis que resultou no valor de R\$ 17.736.099,13. Em 2018 os Bens Móveis totalizaram o valor de R\$ 67.166.687,53, representando 2,68% do total do imobilizado.

7 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes, no exercício de 2014 foi efetuado o inventário dos Bens Imóveis e sua reavaliação. Em síntese, os bens imóveis contribuíram com 97,32% para a formação do Ativo Imobilizado.

8 – Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: o valor de R\$ 86.871.144,35 decorre da alteração do calendário de pagamento conforme Lei Orgânica do Município de Canoas Emenda 28/2015.

9 – Empréstimos, Financiamentos e Demais Dívidas de Curto Prazo: O valor de 40.362.851,03 é composto dos seguintes contratos:

PNAFM – Contrato 06/04	R\$ 1.245.669,88
PAC – Caixa – Cont. 0293.555-82/09	R\$ 2.766.262,10
Aeromóvel – Cont. 415700-51/14	R\$ 3.312.794,12
Canoas Para Todos – CAF	R\$ 21.523.666,65
Parcelamento Pasep Lei 12.810/2013	R\$ 161.633,64
Parcelamento INSS	R\$ 454.398,84
Parcelamento INSS – MP 778/2017	R\$ 142.744,64
Precatórios	R\$ 10.755.681,16
Total	R\$ 40.362.851,03



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE CANOAS
Secretaria Municipal da Fazenda

10 – Empréstimos, Financiamentos e Demais Dívidas de Longo Prazo: o valor de R\$ 284.096.389,38 é composto pelos seguintes contratos:

PNAFM – Contrato 06/04	R\$ 1.785.674,47
PAC – Caixa – Cont. 0293.555-82/09	R\$ 18.935.004,87
Aeromóvel – Cont. 415700-51/14	R\$ 56.663.306,37
Canoas Para Todos – CAF	R\$ 139.901.332,77
Parcelamento Pasep Lei 12.810/2013	R\$ 4.257.732,53
Parcelamento INSS	R\$ 757.248,20
Parcelamento INSS – MP 778/2017	R\$ 1.931.679,77
Precatórios	R\$ 59.864.410,40
Total	R\$ 284.096.389,38

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15

1 – Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em relação a esse item cabe destacar que houve desafetação de áreas de propriedade do Município para fins de Alienação na forma de dação em pagamento no valor de R\$ 19.740.000,00, conforme Lei nº 6128/2017, e ainda resultou R\$ 676.826,17 como Alienação de Bens Imóveis, totalizando R\$ 20.816.426,17.

2 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 35.839.090,28.

ANDRESA M. MACIEL
 Contador
 CRC/RS 068216/O-9

VANESSA FRAGA DA ROCHA
 Sec. Munic. Da Fazenda

LUIZ CARLOS CHIORZZI BUSATO
 Prefeito Municipal